

## A VERACIDADE DAS PERCEPÇÕES CLARAS E DISTINTAS: UMA ANÁLISE DA TEORIA EPISTEMOLÓGICA DE DESCARTES

## THE VERACITY OF PERCEPTIONS CLEAR AND DISTINCT: AN ANALYSIS OF EPISTEMOLOGICAL THEORY OF DESCARTES

*Marcos Alexandre Alves<sup>1</sup>*

Recebido em: 01/2021

Aprovado em: 06/2021

**Resumo:** O presente artigo examina a teoria epistemológica de Descartes e coloca em relação duas teses aparentemente excludentes entre si. A primeira tese defende que, enquanto o sujeito cognoscente detém sua atenção a uma percepção clara e distinta não há possibilidade alguma da mesma ser falsa; a segunda afirma que, ao vigorar a hipótese do gênio maligno não se pode ter certeza nem mesmo das proposições que pareçam ser as mais evidentes. Mostra que a oscilação entre a indubitabilidade de uma evidência atual e a dúvida hiperbólica engendrada pelo gênio indica que a verdade das percepções claras e distintas remete ao tempo e ao modo como são percebidas. Defende que o antagonismo entre essas duas teses se dissolve ao se ter presente que as evidências atuais são fundadas na intuição pura e os conhecimentos que sofrem interferência da imaginação, da percepção sensível e da memória, somente podem alcançar um grau de certeza científica com a prova da existência divina.

**Palavras-chave:** Epistemologia. Evidência. Clareza. Distinção. Certeza. Intuição.

**Abstract:** The present article examines the epistemological theory of Descartes and put in relation two apparently exclusionary theses each other. The first thesis argues that, while the knowing subject holds his attention to a clear and distinct perception, there is no possibility of the same to be false; the second affirms that to the force the hypothesis of malignant genius, one can not be sure not even of propositions that seem to be the most evident. Shown that the oscillation between undoubtedbility of a current evidence and the hyperbolic doubt engendered by the genius indicates that the truth of clear and distinct perceptions refers to the time and mode as they are perceived. Argued that the antagonism between these two theses is dissolved to the be borne in mind that the current evidence is founded on the pure intuition and knowledge who suffer interference imagination, sensible perception and memory can only achieve a degree of scientific certainty with proof of divine existence.

**Keywords:** Epistemology. Evidence. Clarity. Distinction. Certainly. Intuition.

### Introdução

---

<sup>1</sup> Professor Adjunto na Universidade Franciscana – UFN. Email: [maralexalves@gmail.com](mailto:maralexalves@gmail.com)

O presente estudo está voltado à teoria do conhecimento cartesiana (epistemologia). Ainda que diversos filósofos da antiguidade e do período medievo tenham se ocupado com questões referentes ao conhecimento humano, é na Modernidade que este tema ganha maior enfoque, a ponto de ser um de seus prediletos problemas e Descartes é um de seus principais representantes.

Diversos são os estudos sobre a teoria do conhecimento cartesiana, entre eles destacam-se os que se referem: dúvida metódica que permite a constatação do primeiro princípio da Filosofia de Descartes; cogito como fundamento primeiro de todo o conhecimento; à evidência como critério de certeza; Deus como garantia de todo conhecimento claro e distinto. Este artigo apresenta um estudo que trata da dimensão temporal do cogito, ou seja, parte-se do exame da relação tempo e conhecimento no pensamento de Descartes.

Descartes estabelece que a evidência de uma percepção é regra geral de verdade. Contudo, devido ao argumento do gênio maligno, esta regra não possui validade antes de ser provado que Deus existe. Ao fazer estas considerações, o autor compreende duas formas de conhecimento: o primeiro possui uma evidência imediata, enquanto o outro tem sua evidência atualizada pela memória. A partir destas considerações, pretende-se demonstrar que a verdade e o significado das percepções claras e distintas estão diretamente relacionados ao tempo e ao modo em que são percebidas.

A problemática aqui proposta será desenvolvida em dois momentos.

No primeiro momento, examina-se a noção cartesiana de Cogito: procura-se apontar elementos que indicam a temporalidade do cogito, que será apresentado como uma verdade que necessita ser atualizada pelo pensamento e que pensar e existir são atividades que incidem no tempo; busca-se estabelecer as diferenças entre as noções de verdade e de certeza tendo o cogito como um conhecimento certo e verdadeiro; discute-se a relação cogito e critério de evidência, e aborda o fato do cogito antepor-se ao critério e ainda a suficiência e necessidade de sua validação.

No segundo momento, explicita-se o problema das percepções claras e distintas: objetiva-se demonstrar que o entendimento, diante de uma percepção clara e distinta, de forma alguma pode considerá-la falsa, mesmo quando ainda está em vigor o argumento do gênio maligno. Essa ideia se fundamenta na interpretação do parágrafo 13 de *Princípios*, onde Descartes afirma que as noções, os axiomas e os princípios elementares do conhecimento, em razão da evidência atual que possuem, são indubitáveis. Nessa perspectiva, ocorre a diferenci-

ação entre os conceitos de persuasão e ciência, em que o primeiro caracteriza-se por ser indubitável, com possibilidade de tornar-se duvidoso, e o segundo por ser um conhecimento seguro e estável, imune a qualquer dúvida; intenciona-se estabelecer diferenças e especificidades das evidências atuais e passadas, investigando qual dentre elas precisa ser validada pelas provas de um Deus veraz, que remete à necessidade de clarificar os conceitos de intuição e dedução. O pressuposto de que um conhecimento claro e distinto atual não pode ser falso, contrasta com o postulado de que as percepções passadas estão sujeitas a ação do gênio maligno e, portanto, necessitam da justificação divina. Enfim, só é possível a obtenção de certezas nas ciências, com base na existência de um Deus veraz.

### **Cogito: temporalidade e certeza científica**

Descartes objetiva estabelecer os fundamentos do conhecimento, “algo de firme e de constante nas ciências” (DESCARTES, 1973b, p. 93). Como parte constitutiva deste propósito, põe-se a duvidar de tudo o que não implica em total certeza, conferindo a dúvida um caráter hiperbólico. Descartes, ao perceber-se pensando e duvidando do que até então dera crédito, depara-se com uma verdade que resiste ao ceticismo mais radical e que é expressa nestes termos: “*Penso, logo existo*” (1973b, p.100). Essa é uma proposição necessariamente verdadeira todas as vezes que é enunciada ou pensada, o que equivale a dizer que o cogito é verdadeiro quando atualizado pelo pensamento.

Nota-se que no “*Penso, logo existo*”, o verbo está no presente do indicativo. Trata-se, portanto, de uma ação que se dá no tempo. Pensar e existir não podem ser dissociados. O fato de alguém pensar, necessariamente, indica que alguém existe e que existe no tempo presente. Além de indicar a existência, pensar é também garantia de certeza sobre a existência: ao pensar, existo e tenho consciência desse fato. Ou seja, o enunciado ‘*Penso, logo existo*’, descreve a consciência que o sujeito tem de existir como sujeito de seu ato de pensamento.

Se a condição para pensar é o existir, para o existir, a condição é o tempo, ou em outras palavras: somente há existência no tempo. Deste modo, pode-se compreender a seguinte questão: “Eu sou, eu existo: isto é certo; mas por quanto tempo? A saber, por todo o tempo em que penso; pois poderia talvez ocorrer que se eu deixasse de pensar, deixaria ao mesmo tempo de existir” (DESCARTES, 1973b, p. 102). A conjugação dos verbos, contidos nesta frase, expressa que deixar de pensar é para o sujeito uma hipótese remota. Isto parece ser suficiente para afirmar que pensar, ainda que de diferentes formas, é uma atividade constante.

Sabendo-se que o enunciado “*Penso, logo existo*” é verdadeiro quando pensado ou comunicado, significa admitir que deixar de pensar compromete a existência do sujeito que se põe a pensar. A verdade, no caso, é a constatação indubitável que este sujeito existe enquanto pensa. O enunciado é expressão dessa evidência, que provém da intuição. Questionado sobre este ponto, Descartes responde: “mas por que não pensaria ela (*a alma*) sempre, uma vez que é uma substância pensante?” (1973c, p. 193). Essa resposta, além de eliminar a possibilidade de uma falsidade intrínseca ao cogito e ratifica a ideia de que é possível pensar sempre, é a garantia divina

Outra expressão de Descartes, que parece indicar temporalidade ou o acontecer do pensar numa relação direta com o tempo é a seguinte: “engana-me quem puder, ainda assim jamais poderá fazer com que eu nada seja enquanto eu pensar que sou algo” (1973b, p. 108). O termo “*enquanto*”, tomado em seu sentido gramatical, é uma conjunção que expressa uma relação temporal, e mais precisamente uma continuidade do presente, ou da ação presente. Para Silva (2005), a inserção dessa conjunção, na formulação do cogito, é mais um indicativo de que ele é verdadeiro somente enquanto estiver atento às razões que o fundamentam.

Por conseguinte, Descartes se questiona: “mas o que sou eu portanto? Uma coisa que pensa. Que é uma coisa que pensa? É uma coisa que duvida, que concebe, que afirma, que nega, que quer, que não quer, que imagina também e que sente” (1973b, p.103). Enquanto se está afirmando, se está pensando; enquanto se está duvidando, se está pensando. Uma representação segue a outra, sem cortes, de forma independente. Assim, conceber, afirmar, querer, duvidar... ocorre de forma sucessiva e continua. Todos, embora distintos, são atos de pensar.

A noção de sucessão está diretamente ligada à compreensão que tem de tempo. O tempo pode ser dividido em uma infinidade de partes, sem que uma parte tenha relação com outra (DESCARTES, 1973b, p. 118). O tempo, portanto, ocorre em partes, de forma sucessiva, uma parte é seguida por outra sem que haja descontinuidade, pois admitir que haja espaços intermediários entre um tempo e outro abre possibilidades para a existência do vazio. Pensamos e existimos somente no tempo. Pode-se afirmar que o cogito exprime a relação entre dimensão atual do pensamento e sua verdade. Contudo, o que exprime a certeza do cogito é sua evidência, mas há o gênio maligno e a necessidade da garantia divina.

O cogito, para Descartes, é o primeiro conhecimento certo e indubitável: “Eu estou certo de que sou” (1973b, p. 100). Essas mesmas características também são atribuídas à matemática e à geometria. Descartes se refere a esses conhecimentos como ciências que “contém alguma coisa de certo e indubitável” (1973b, p. 95). Constata-se que tanto o cogito como a

Aritmética, são percebidos como certezas. Porém, resta averiguar as suas diferenças.

As proposições da Aritmética apresentam-se como certas em aparência. Contudo, o argumento do deus enganador ou do gênio maligno compromete as verdades que possuem um caráter de certeza. Entretanto, ter uma certeza não implica, necessariamente, em ter uma verdade, ou seja, pode-se ter certeza de algo que é falso. O cogito, por sua vez, é certeza e verdade, ou melhor, é certeza que corresponde a uma verdade. A certeza do próprio existir, apresenta-se como uma verdade necessária. Esse estatuto de certeza e de verdade do cogito, para Descartes, está claramente sustentado em *Princípios*:

[...] temos tanta repugnância em conceber que o que pensa não é verdadeiramente ao mesmo tempo que pensa, que não obstante todas as suposições mais extravagantes, não seríamos capazes de acreditar que esta conclusão: PENSO, LOGO EXISTO, não é verdadeira; e, por conseguinte, a primeira e a mais certa que se apresenta a todo aquele que conduz os seus pensamentos por ordem (1995, p. 55).

O cogito é um conhecimento refletido, ou seja, há consciência de que ele é certo e concomitantemente, é para o sujeito cognoscente uma verdade necessária. Nesse sentido, para Battisti (2002), a argumentação cartesiana propõe dois critérios de verdade. O primeiro, antes da existência de Deus, possui um grau de certeza subjetivo e fundamenta-se na clareza e distinção do cogito. O segundo possui um grau de certeza objetivo e é justamente a existência de Deus que garante tal certeza. A seguir, pretende-se abordar a questão do primeiro critério de verdade.

### **Da verdade do cogito à elaboração do critério de verdade**

Na *III Meditação*, Descartes irá se perguntar: “[...] mas não saberei também, portanto, o que é requerido para me tornar certo de alguma coisa?” (1973b, p. 107). O cogito é estabelecido na *II Meditação*, mas é somente na *III Meditação* que Descartes elabora (a partir do próprio cogito) o critério de evidencia ou a regra geral da verdade. Conforme a ordem das meditações, primeiro há um conhecimento verdadeiro e depois uma regra que permite reconhecer um conhecimento verdadeiro. A questão que se impõe, neste momento, é a seguinte: como aceitar que a certeza do cogito é uma certeza sobre um conhecimento verdadeiro, sem antes ter estabelecido o critério de verdade?

Na perspectiva cartesiana, sem saber que Deus existe e que não é enganador não é

possível ter certeza de nada. Esse argumento, revela que o cogito é apenas uma certeza subjetiva. O fato de algo ser percebido como verdadeiro, não significa que é realmente verdadeiro visto que o “pensamento não é regra de verdade das coisas” (DESCARTES, 1973c, p. 217). Descartes concorda, pelo menos em parte, com essa última afirmação e responderá que devemos nos guiar apenas pela “evidência de nossas razões”, ou seja, que somente devemos tomar como verdade aquilo que for claro e distinto. Todavia, admite-se que essa resposta não resolve o problema posto anteriormente.

Contudo, uma possível resposta consiste no fato do cogito ser necessariamente verdadeiro, porque resiste aos argumentos da dúvida. Resiste aos argumentos da dúvida porque se apresenta sem nenhuma obscuridade e confusão, ou seja, de modo evidente, claro e distinto. Se há alguém que duvida, há inevitavelmente alguém que existe.

A partir da clareza e distinção do cogito, Descartes extrai a regra geral da verdade: tudo o que for claro e distinto é verdadeiro. Na obra *Princípios da Filosofia* encontra-se a definição destes termos:

Chamo claro ao que é presente e manifesto a um espírito atento: do mesmo modo que dizemos ver claramente os objetos, quando estão presentes e agem intensamente..., e os nossos olhos estão dispostos a olhá-los. É distinta aquela que... é tão precisa e diferente de todas as outras, que só se compreende em si o que aparece manifestadamente a quem a considera como deve ser (DESCARTES, 1995, p. 70).

Torna-se evidente nessa definição que nos atos de percepção é fundamental a disposição e intenção do sujeito. Não basta que algo se apresente como claro e distinto, é necessário que se coloque atenção ao que se mostra claro e distinto. Para Landim, a clareza de uma ideia indica que o sujeito está consciente da presença do conteúdo desta mesma ideia. E completa que somente haverá clareza se houver atenção ao conteúdo da ideia. Em suma: “a atenção é uma condição essencial da clareza” (LANDIM, 1992, p. 102).

Considerando que o cogito é claro e distinto e que estas propriedades constituem a regra geral da verdade, resta averiguar se são elas suficientes para garantir um conhecimento seguro. Uma primeira leitura do texto, que antecede a formulação da regra geral da verdade, poderia sugerir que clareza e distinção não são critérios suficientes para garantir uma certeza:

Nesse primeiro conhecimento só se encontra uma clara e distinta percepção daquilo que conheço; a qual, na verdade, não seria suficiente para me assegurar de que é verdadeira se em algum momento pudesse acontecer que uma coisa que eu concebesse tão clara e tão distintamente se verificasse falsa

(DESCARTES, 1973b, p.107).

O parágrafo assinala a possibilidade de algo verdadeiro, portanto claro e distinto, se mostrar falso, o que tornaria a regra geral da verdade limitada e de fato insuficiente. Constatase que essa hipótese, de certa forma, antecipa uma questão que será tratada posteriormente: a necessidade de algo atualmente percebido como claro e distinto manter-se desta forma.

As definições de clareza e distinção são propriedade intrínseca à noção de evidência. Com relação a isso, Cottingham afirma: “Quando a mente se concentra em tais itens, é como se estivessem dispostos bem à sua frente, bastante evidentes, de tal forma que não haja possibilidade de erro” (1995, p. 36). A partir destas considerações, uma solução viável para o problema apresentado no parágrafo anterior, deriva da aplicação do princípio lógico de não contradição. Uma percepção clara e distinta que se verificasse falsa seria contraditória: algo não pode ser evidente e ao mesmo tempo ser falso.

Com efeito, o que é concebido como claro e distinto, não pode ser falso. Porém, é possível que algo que tenha aparência de claro e distinto (evidente) resulte falso. Deve-se acrescentar ainda que para que se tenha um conhecimento verdadeiro, a noção de clareza não pode estar desvinculada da noção de distinção. É necessário estabelecer tal condição, pois uma percepção “pode ser clara sem ser distinta”, mas uma percepção distinta necessariamente é clara (DESCARTES, 1995, p.70).

Sabendo-se que a hipótese de algo claro e distinto se tornar falso é inválida, Descartes expõe com segurança o que é requerido para que se esteja certo de alguma coisa: “parece-me que já posso estabelecer como regra geral que todas as coisas que concebemos mui claramente e mui distintamente são todas verdadeiras” (1973b, p. 107- 108). As proposições matemáticas que se apresentam como verdades evidentes ao pensamento, devido ao argumento do gênio maligno, perdem seu caráter de certeza absoluta. Isso faz com que a regra geral da verdade tenha de ser validada por um segundo critério, que é, a saber, o fato de que Deus existe e de que não é enganador. Essa necessidade causou a acusação de Descartes ter incorrido em argumentação circular. Numa palavra, uma percepção clara e distinta somente é verdadeira se for provado que Deus existe, e se obtém estas provas porque se tem uma ideia clara e distinta de Deus.

Portanto, na solução, fornecida por Descartes, ao problema do círculo, reside à possibilidade de se chegar a conhecimentos verdadeiros via razão, mesmo quando ainda predomina o argumento do gênio maligno. Sendo assim, para a sequência do texto, propõe-se uma refle-

xão em torno de alguns conceitos do sistema cartesiano, que por sua vez, permitam que se possa dirimir este problema. Ou seja, tratar-se-á das percepções claras e distintas visando estabelecer as diferenças entre evidências percebidas atualmente e evidências passadas. Essa reflexão fornecerá elementos que poderão clarificar a questão do círculo cartesiano.

### **Percepções claras e distintas: indubitabilidade das evidências atuais**

A leitura do parágrafo 13 de *Princípios* e de alguns pontos da *V Meditação* que se referem à questão da evidência possibilitam a seguinte afirmação: o pensamento não pode ter como falsa uma percepção clara e distinta, enquanto percebida atualmente. Aquilo que é percebido clara e distintamente, enquanto percebido desta forma, é indubitavelmente verdadeiro. Até que ponto, o argumento do deus enganador ou gênio maligno não atua nessas percepções mais evidentes, quando, por exemplo, dois mais três são somados? A resposta é afirmativa, porém com uma ressalva: não poderá haver engano enquanto se estiver pensando nas razões que fundamentam tal conhecimento. Ora, segundo Descartes, enquanto o pensamento “apreende estas noções e a ordem pela qual deduziu esta e outras conclusões semelhantes, ele está seguro de sua verdade” (1995, p. 58).

Nessa questão, segundo Landim, reside uma das teses centrais de Descartes acerca da evidência. A qual pode ser assim expressa: “O entendimento humano na presença de uma idéia clara e distinta, a considera naturalmente verdadeira” (LANDIM, 1992, p. 103). E esta tese significa que: “Uma evidência particular e atual, durante o tempo em que é atual, constrange o sujeito cognoscente a aceitá-la como verdadeira” (LANDIM, 1992, p.103-104).

Todas as verdades claras e distintas, percebidas atualmente, não podem não ser verdadeiras. A evidência de algo verdadeiro persuade o pensamento a tal ponto “que não poderia duvidar de sua verdade, enquanto nisso se aplicar” (DESCARTES, 1995, p. 58). O parágrafo seguinte da *V Meditação* vem ao encontro do que aqui está sendo defendido:

[...] quando considero a natureza do triângulo, conheço evidentemente, eu que sou um pouco versado em Geometria, que seus três ângulos são iguais a dois retos e não me é possível não acreditar nisso enquanto aplico meu pensamento à sua demonstração; mas, tão logo eu o desvie dela, embora me recorde de tê-la claramente compreendido, pode ocorrer facilmente que eu duvide de sua verdade caso ignore que há um Deus (DESCARTES, 1973c, p. 135).

Nesse sentido, Descartes admite que, enquanto não se tem conhecimento da existência



de um Deus veraz, uma percepção clara e distinta passada está sujeita a ação do gênio maligno. Fica patente, portanto, que diante de uma evidência atual, não se pode fazer outra coisa que dar crédito a uma percepção dessa natureza. Uma percepção clara e distinta se mostra de forma imediata a “um espírito atento”, de modo que lhe é impossível não considerá-la. Tal adesão a uma evidência atual de modo algum tolhe a liberdade do sujeito cognoscente, ao contrário, é expressão máxima de sua liberdade, visto que ao tomar tal atitude está fazendo pleno uso de sua natureza racional. Desta forma, compreendem-se as palavras de Descartes: “a natureza de meu espírito é tal que não poderia impedir de julgá-las verdadeiras enquanto as concebo clara e distintamente” (1973b, p. 132). Beyssade acrescenta que “essa necessidade interna do assentimento, essa espontaneidade, é o contrário de uma coerção, é a forma mais elevada de liberdade: eu me deixo levar por mim mesmo a julgar” (1997, p. 15).

Para uma melhor compreensão acerca da indubitabilidade da evidência atual e de seu significado para a teoria do conhecimento cartesiana, torna-se necessário explicitar dois conceitos fundamentais: ciência e persuasão. Ciência é um conhecimento seguro e estável, “certo e evidente”, do qual não se pode ter dúvida alguma (DESCARTES, 1999, p. 5). Persuasão, por sua vez, é um conhecimento que ainda que seja evidente, pode tornar-se falso ou sujeito a dúvida. Comparando estes dois termos, Descartes afirma: “persuasão é quando subsiste qualquer razão capaz de nos levar a duvidar; mas ciência é quando a persuasão vem duma razão tão forte que nenhuma outra mais forte possa alguma vez abalar” (1972, p. 95).

Dada estas conceituações, compreende-se que uma evidência atual sem a garantia divina, apenas tem o caráter de persuasão. Contudo, ainda que exista o gênio maligno, tal entidade não pode interferir em uma evidência atual. O quarto parágrafo da *III Meditação* confirma que o sujeito adere tanto à evidência de sua existência quanto à de que dois e três adicionados formam o número cinco.

[...] todas as vezes que me volto para as coisas que penso conceber mui claramente sou de tal maneira persuadido delas que sou levado, por mim mesmo, a estas palavras: engana-me quem puder, ainda assim jamais poderá fazer com que eu nada seja enquanto eu pensar que sou algo; ou que um dia seja verdade que eu não tenha jamais existido, sendo verdade agora que eu existo; ou então que dois e três juntos façam mais ou menos do que cinco, ou coisas semelhantes, que vejo claramente não poderem ser de outra maneira senão como as concebo (DESCARTES, 1973b, p.108).

Observa-se, seguindo a ordem das *Meditações*, que embora as provas de um Deus veraz ainda não tenham sido dadas, enquanto o pensamento está atento a algo claro e distinto,

não há possibilidade de equívoco. Todavia, uma evidência atual não possui o caráter de ciência, ou seja, não atende ao propósito de Descartes de “estabelecer algo de firme e de constante nas ciências” (1973b, p. 93). Deixar de pensar nas razões que fundamentam uma conclusão, equivale a adentrar na dúvida hiperbólica suscitada pelo argumento do gênio maligno. A atualidade da evidência permite explicar a sua força persuasiva, ela não justifica nem a universalidade da regra geral de verdade nem a permanência ou estabilidade da própria evidência; ela apenas explica por que, na presença de uma determinada percepção clara e distinta, o sujeito cognoscente considera esta percepção verdadeira.

Considerando que uma evidência atual não é um conhecimento científico, mas apenas uma persuasão, a necessidade de validar a regra geral da verdade permanece. E se, de fato, não há nenhuma certeza desse tipo antes das provas da existência de Deus, a acusação de argumentação circular parece ser viável. A resposta que dará Descartes à objeção que lhe é feita, indica duas classes de conhecimento: conhecimentos que necessitam da justificação divina e conhecimentos que são dados como certos mesmo antes de provado que Deus existe. Na continuidade, pretende-se demonstrar que a leitura sobre a diferenciação entre evidências atuais e evidências passadas oferece elementos que permitem afirmar que /Descartes não incorre em argumentação circular.

### **Intuição e dedução: conhecimentos que necessitam da garantia divina**

Frente à acusação de argumentação circular, Descartes responde que os conhecimentos dos quais não se pode ter certeza antes de estabelecida a existência de Deus, não se referem aos princípios que fundamentam a ciência. Isso significa que, a evidência imediata não carece de justificação divina. Contudo, como um sistema de conhecimento não se constitui apenas por princípios, noções e axiomas, é preciso buscar validação em Deus para aqueles conhecimentos que requerem uso da memória. A resposta de Descartes à objeção de círculo distingue apenas conhecimentos que necessitam de garantia divina dos que não necessitam desta garantia. Ou seja, “nada podemos saber de certo, se não conhecermos primeiramente que Deus existe, afirmei em termos expressos, que falava apenas das ciências cuja lembrança nos pode retornar ao espírito, quando não mais pensamos nas razões de onde as tiramos (DESCARTES, 1973c, p. 168).

Hamelin reconhece que a resposta de Descartes à acusação de argumentação circular, compreende a distinção de conhecimentos: “el conocimiento intuitivo no necesita de la garan-

tía divina, siendo unicamente el conocimiento discursivo el que tiene necesidad de tal justificación” (1949, p. 149). Ora, por que razão, conhecimentos dos quais não se recordam os princípios que os fundamentam não possuem garantia de certeza e o que permite que um conhecimento intuitivo, por si próprio, tenha esta garantia.

A resposta de Descartes a acusação de argumentação circular, permite concluir que os conhecimentos que se utilizam da memória, podem ser incertos e duvidosos. Em outras palavras: a incerteza refere-se as “ciências cuja lembrança nos pode retornar ao espírito, quando não mais pensamos nas razões de onde as tiramos” (DESCARTES, 1973c, p. 168) sem antes termos certeza de que Deus existe. Supõe-se que entre as ciências aludidas por Descartes estão a matemática e geometria. Mas, em que medida o conhecimento matemático e geométrico são evidentes mesmo quando está em vigência o argumento do gênio maligno?

Com base na noção de evidência momentânea e do que ela implica, afirmou-se que a certeza do conhecimento matemático e geométrico está assegurada somente enquanto o pensamento estiver atento às demonstrações pertinentes a esses conhecimentos. Segundo Garber (2001), antes de haver certeza de que Deus existe, não é possível afirmar que a matemática e a geometria são conhecimentos seguros do qual não se pode ter dúvida alguma. Uma forma de justificar essa incerteza pode se dar, por exemplo, ao se pensar em um teorema geométrico. O desenvolvimento de um complexo teorema supõe uma longa série de inferências. Na hipótese do entendimento humano ser falho, torna-se difícil sustentar a evidência da conclusão e do desenvolvimento desse teorema.

A matemática e a geometria são conhecimentos certos e evidentes, entretanto, não gozam de certeza atemporal, ou seja, antes das provas da existência de Deus não possuem o estatuto de ciência. Contudo, os fundamentos intuitivos da matemática, assim como o cogito, também são verdadeiros, mesmo vigorando o argumento do gênio maligno. Enfim, não se trata de negar a importância da veracidade de Deus na argumentação (possibilidade de uma evidência), mas de especificar o seu papel.

Entre os conhecimentos que não necessitam da garantia divina, estão os que o entendimento aprende por intuição. Na perspectiva de Garber (2001), Descartes, ao relacionar a incerteza às ciências, cuja lembrança nos pode retornar ao espírito, quando não mais pensamos nas razões de onde as tiramos, subentende que se trata do conhecimento que se adquire por meio de deduções.

Nas *Regras para a Orientação do Espírito*, Descartes, afirma que há somente duas formas para se obter conhecimentos seguros: intuição pura e dedução. Descartes entende por

dedução “toda conclusão necessária tirada de outras coisas conhecidas com certeza” (1999, p.15); e intuição como um “conceito que a inteligência pura forma com tanta facilidade e clareza que não fica absolutamente nenhuma dúvida sobre o que compreendemos (...), conceito que nasce apenas da luz da razão e cuja certeza é maior (1999, p. 14).

Por conseguinte, Descartes afirma que é por meio da intuição que se chega à verdade do “penso, logo existo”, de que os três ângulos de um triângulo são iguais a duas retas e também de que dois mais três é igual a cinco. Uma intuição é atual, voltada para o presente, ou melhor, apresenta uma evidência atual. Por esta razão, pode-se afirmar que um conhecimento que se dá por meio da intuição é um conhecimento que possui validade momentânea. De forma sistemática, Landim enumera todos os conhecimentos que gozam da evidência da intuição, entre eles estão: os de natureza simples, as noções comuns e as “conclusões (de certas demonstrações) acompanhadas de suas premissas evidentes, durante o tempo em que são pensadas (as premissas e suas respectivas conclusões)” (1992, p.110).

As proposições de natureza simples são imediatamente evidentes ao pensamento e por isso, durante o tempo em que são pensadas “não contém nada de falso” (DESCARTES, 1999, p.85); as noções comuns (regras de pensamento), não são coisas ou propriedades de coisas existentes, mas verdades eternas que nada são fora do pensamento. Se as noções comuns e os axiomas principais do conhecimento possuem uma evidência instantânea (certeza atual), isso indica que não é necessário o uso da memória, pois eles por si próprios se fundamentam e se manifestam de forma clara e distinta a um “espírito atento”. Contudo, há verdades deduzidas que não podem se autovalidar, ou seja, as conclusões estabelecidas a partir de uma série de deduções necessitam da justificação divina. Enquanto o pensamento estiver atento às razões que fundamentam a conclusão clara e distinta, a evidência desse conhecimento está assegurada, mas como não consegue pensar e manter a atenção que exige um conhecimento intuitivo necessita-se do uso da memória. Adotar esse recurso, antes de ser provado que Deus existe, não é garantia que esta conclusão possui caráter de certeza.

Conforme *Princípios e Regras III e VII*, a conclusão da qual não se pode ter certeza, sem que se considere a ordem de demonstração, são aquelas que foram extraídas de uma longa cadeia de deduções. Isto é, para Descartes há duas formas de se obter conhecimento seguro, e a dedução é uma delas. O raciocínio dedutivo pode ser comparado a uma corrente de diversos elos, cuja imagem remete à ideia de sucessão, em que um elo sucede outro. Basta que um elo intermediário se rompa para que toda a corrente fique comprometida. O mesmo ocorre com uma conclusão extraída de uma cadeia de deduções. O que permite que se pergunte: é

possível ter certeza desta conclusão? E se entre todas essas deduções que permitiram a conclusão, alguma tiver partido de um princípio inválido ou desconhecido?

Na *Regra III*, Descartes sustenta que não há possibilidade de haver erro em uma dedução se forem seguidas as seguintes orientações: que a dedução seja feita por meio de um movimento contínuo do pensamento e sem interrupções, possibilitando que cada coisa seja aprendida por intuição; que parta de princípios verdadeiros e conhecidos; cada dedução está ligada a sua antecedente tal como o elo de uma corrente.

Nesse sentido, a memória não é de todo confiável, e que também não aprende longas informações com precisão e clareza. A saber, nem sempre o sujeito cognoscente consegue recordar todas as operações que foram utilizadas na cadeia dedutiva, mas que pode reforçar e exercitar o poder de memória repassando de forma sucessiva todos os passos, argumentos, premissas etc. que nos conduziram à uma conclusão. Isso permitirá que “se tenha aprendido a passar da primeira relação para a última com bastante rapidez para que, sem deixar quase nenhuma função à memória, pareça-me ver o todo ao mesmo tempo por intuição” (DESCARTES, 1999, p. 40).

Não atribuir quase nenhuma função a memória não se justifica simplesmente porque esta é limitada, ou porque uma recordação não tem a mesma clareza que o fato ou ideia que está expressando, mas porque é precisamente em relação e por meio dessa faculdade que atua o gênio maligno. Considerando, pois, que um conhecimento claro e distinto atual é indubitavelmente verdadeiro, a tarefa do gênio não é senão a de interferir nas percepções passadas ou nas conclusões que precisam da memória para trazer presente os princípios que fundamentaram essa conclusão. A seguir, pretende-se demonstrar que a atuação do gênio incide diretamente em conhecimentos não atuais. Nesse contexto, as provas de que Deus existe e de que não é enganador são fonte de validação do critério de verdade e de permanência de um conhecimento verdadeiro.

### **Percepções passadas: necessidade de justificação divina**

Pressupondo que o conhecimento ocorre por meio da intuição pura, não necessita da garantia divina, Hamelin afirma: “[...] lo que necesita y en efecto recibe una justificación es el conocimiento sensible en general: el conocimiento por los sentidos y el conocimiento por la memoria” (1949, p. 153). O fato de essas faculdades carecerem da garantia divina indica justamente que estão expostas à ação do gênio maligno.

Na *Regra XII*, Descartes afirma que a memória, os sentidos e a imaginação, não são faculdades cognitivas, mas, se bem orientadas pelo entendimento, podem auxiliar no processo de cognição. Considerando a hipótese de o entendimento humano ser falho, se poderia afirmar que à memória e aos sentidos não se pode tributar confiança alguma. O argumento do gênio maligno, empregado nas *Meditações* questiona justamente a natureza do entendimento, ou seja, personifica a hipótese da razão sistematicamente equivocar-se. O que consequentemente compromete a memória e os sentidos.

Na medida em a memória for afetada pelo gênio maligno, compromete-se todo o conhecimento passado. Neste sentido, pode-se afirmar que Descartes desconfia de todo o conhecimento transmitido pela tradição. Contudo, para Silva (2005), não é o conhecimento passado que se trata de rejeitar, mas as percepções obscuras e confusas que foram gradativamente se infiltrando no entendimento, desde a infância, com aparência de claras e distintas. A saber, o argumento do gênio maligno evoca a hipótese, do entendimento não distinguir o que tem apenas aparência de claro e distinto (obscuro e confuso), do que realmente é claro e distinto. O papel do gênio maligno consiste, pois, em dar as percepções obscuras e confusas, a aparência de certeza.

Em *Princípios*, Descartes explica que um engano eventual acontece porque “pressupomos ter outrora conhecido muitas coisas, e logo que disso nos lembramos, damos-lhe o nosso assentimento, como se tivéssemos examinado suficientemente” (1995, p. 70), como se tivéssemos destas coisas um conhecimento claro e distinto. Os enganos eventuais, devido à ação do gênio maligno tornam-se constante. Enfim, a função do gênio maligno é dar as percepções passadas, independentemente de serem verdadeiras, uma aparência de certeza.

Ainda que o gênio maligno expresse a possibilidade de um ceticismo absoluto, o poder de tal entidade é limitado. Isto se justifica por duas razões: o predomínio da liberdade humana e a indubitabilidade das evidências atuais. Portanto, o poder do deus enganador ou gênio maligno é limitado, todavia, o argumento, mantém sua força. A conclusão que deriva de longas cadeias dedutivas, quando não atualizada, está como já foi dito, sujeita a ação do gênio. Faz-se, portanto, imprescindível que um conhecimento claro e distinto atual, mantenha-se atemporalmente evidente, que “*seja firme e constante*”. Provar que Deus existe e que não é enganador, constitui-se para a teoria do conhecimento cartesiana a única forma de anular o argumento do gênio maligno e de validar o critério de verdade.

## Considerações finais

O objetivo do presente artigo foi investigar a relação entre a dimensão temporal e o conhecimento no pensamento de Descartes. Entretanto, a reflexão em torno desse tema, não pretendeu fazer uma análise isolada da noção de tempo e de conhecimento, para posteriormente detectar elementos comuns, mas estudar as condições necessárias para se estabelecer os fundamentos do conhecimento.

A ideia de que o conhecimento possui uma relação com a dimensão temporal foi suscitada pela leitura desta passagem: “engana-me quem puder, ainda assim jamais poderá fazer com que eu nada seja enquanto eu pensar que sou algo” (DESCARTES 1973b, p. 108). Interpretou-se esta passagem da seguinte maneira: uma proposição que se verifique clara e distinta, é verdadeira apenas durante o tempo em que se estiver pensando nas razões que a fundamentam, ou seja, enquanto o pensamento estiver considerando essa proposição. No desenvolvimento desse artigo, foi possível compreender que a dimensão temporal não estava relacionada diretamente a toda teoria do conhecimento de Descartes, mas estritamente às percepções claras e distintas. Isso, no entanto, de forma alguma diminui a relevância e o interesse pelo tema, visto que as percepções claras e distintas exercem influência capital na teoria epistemológica traçada por Descartes.

Além disso, consideram-se seguintes enunciados: “toda percepção clara e distinta é verdadeira”; “não se pode ter certeza de nada sem que antes se tenha certeza de que Deus existe e que não é enganador”. Aparentemente, o segundo enunciado condiciona ou restringe o primeiro. No entanto, à medida que se tem presente à conotação que Descartes confere à intuição, à dedução, à persuasão e à ciência, entende-se que esses dois enunciados não se contradizem, pelo contrário, são chave de leitura que permitem uma maior compreensão da teoria do conhecimento cartesiana.

Nas *Meditações* constata-se que o cogito é uma verdade que resiste a toda dúvida e que, enquanto o argumento do gênio maligno não for anulado pelas provas de um Deus veraz, a única verdade que permanece é a do cogito. A leitura aqui proposta examinou nuances em torno desta última afirmação. A saber, o cogito é verdadeiro por ser claro e distinto, o que equivale a dizer que é evidente. Essa evidência é confirmada cada vez que for atualizada pelo pensamento. E que uma evidência atual, provoca no sujeito percepiente uma persuasão tão irresistível, que lhe é impossível não crê-la verdadeira. A partir do parágrafo 13 de *Princípios*, pode-se concluir que não somente o cogito é verdadeiro, enquanto ainda está em vigor o ar-

gumento do gênio maligno, como também toda percepção clara e distinta atual, inclusive as proposições matemáticas. A indubitabilidade das evidências atuais revela que mesmo antes das provas da veracidade divina, o sistema cartesiano dispõe de verdades.

Considerando a diferenciação entre persuasão e ciência estabelecida por Descartes, foi possível perceber que uma evidência, à medida que não é atualizada, torna-se dubitável, ou seja, não passa de mera persuasão. Procurou-se demonstrar que a uma evidência passada somente pode atingir um caráter científico após ser provado que Deus existe.

Outro tema de fundamental importância, nos limites do presente artigo, foi a compreensão do conceito de intuição empregado por Descartes, pois conhecimento intuitivo é aquele que garante a indubitabilidade das percepções claras e distintas atuais. Ou seja, tal conhecimento não sofre interferência alguma dos sentidos, por isso os princípios e os axiomas elementares ao conhecimento não podem ser postos em dúvida durante o tempo em que se está pensando nas razões que os justificam.

Portanto, um conhecimento dedutivo é basicamente formado por princípios que derivam da intuição pura. Logo, a dedução juntamente com a intuição, são as duas formas que o entendimento dispõe para obter um conhecimento seguro. No entanto, impõe-se a necessidade da garantia divina para as conclusões deduzidas de longas cadeias de razões, visto que não podem ser aprendidas por intuição, o que significa que deixam de ser atuais, estando assim, a mercê do gênio maligno.

## Referências

BATTISTI, C. A. **O método de análise em Descartes: da resolução de problemas à constituição do sistema do conhecimento**. Cascavel, PR: EDUNIOESTE, 2002.

BEYSSADE, J. M. Sobre o círculo cartesiano. *In.*: **Analytica**. Vol. 2 n. 1 p. 11-36, 1997.

COTTINGHAM, John. **Dicionário Descartes**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1995.

DESCARTES, R. A Regus, 24 de Maio de 1640. *In.*: BEYSSADE, J.M. **Descartes**. São Paulo: Martins Fontes, 1972.

\_\_\_\_\_. **Discurso do Método**. São Paulo: Abril Cultural, 1973a.

\_\_\_\_\_. **Meditações**. São Paulo: São Paulo: Abril Cultural, 1973b.

\_\_\_\_\_. **Objecções e respostas**. São Paulo: Abril Cultural, 1973c.

\_\_\_\_\_. **Princípios da Filosofia**. Porto: Porto Editora, 1995.



\_\_\_\_\_. **Regras para a Orientação do Espírito**. São Paulo: Martins Fontes, 1999.

GARBER, D. **Descartes embodied: reading cartesian philosophy through cartesian science**. Cambridge: Cambridge University Press, 2001.

HAMELIN, O. **El sistema de Descartes**. Buenos Aires: Editorial Losada, 1949.

LANDIM, R. **Evidência e verdade no sistema cartesiano**. São Paulo: Loyola, 1992.

SILVA, L. F. **Descartes: a metafísica da modernidade**. 2. ed. São Paulo, SP: Moderna, 2005.